

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – CAMPUS BACABAL**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SOCIOLOGIA**

**ODAIR DO NASCIMENTO MAGALHÃES**

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FAMILIAR E ESCOLAR NA FORMAÇÃO DO**  
**HOMEM:** uma análise do Ensino Fundamental, na Escola Governador Sarney no  
município de Bacabal – MA

BACABAL - MA

2018

**ODAIR DO NASCIMENTO MAGALHÃES**

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FAMILIAR E ESCOLAR NA FORMAÇÃO DO  
HOMEM:** uma análise do Ensino Fundamental, na Escola Governador Sarney no  
município de Bacabal – MA

Trabalho monográfico desenvolvido ao final do curso  
de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia.  
Na Universidade Federal do Maranhão, campus III,  
Bacabal.

Orientador: Prof. Raimundo Edson Pinto Botelho

BACABAL – MA

2018

MAGALHÃES, Odair do Nascimento

**Educação familiar e educação escolar na formação do homem**  
– Maranhão/Odair do Nascimento Magalhães \_\_\_\_\_ Bacabal – 2018.

47 f.

Impresso por computador (fotocopia)

Orientador: Raimundo Edson Botelho

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Maranhão;  
curso de ciências humanas, 2018.

CDU

## ODAIR DO NASCIMENTO MAGALHÃES

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FAMILIAR E ESCOLAR NA FORMAÇÃO DO  
HOMEM:** uma análise do Ensino Fundamental, na Escola Governador Sarney no  
município de Bacabal – MA

Trabalho monográfico desenvolvido como ato  
conclusivo ao curso de licenciatura em ciências  
humanas, habilitação em sociologia - Universidade  
Federal do Maranhão, campus Bacabal.

Aprovada em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_

### BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Raimundo Edson Pinto Botelho  
Orientador

---

1º Examinador(a)

---

2º Examinador(a)

Dedico este trabalho, a todos que de alguma forma contribuíram nesta árdua jornada. Alguns colegas de sala, professores, e em especial, a minha esposa, Rosinete Rocha, que significativamente, incentivou-me e apoiou-me, durante todo o percurso, desta graduação.

## **AGRADECIMENTOS**

Sem sombras de duvida, há de alegrar-se desmedidamente por ter atingido este estágio do percurso do curso. Momento posterior à superação de grandes dificuldades do decorrer desta jornada. Algumas, materiais, outras imateriais, como: falta de tempo para realizar o estudo das leituras propostas, inibição na hora das apresentações dos trabalhos aos demais alunos e ao professor em sala, etc... Quem esteve por perto; colega ou professor e familiar viu, o quanto esforço físico e mental foi empenhado ao almejo desta graduação. Isso não tem como desconsiderar.

Todavia, a obtenção de conhecimentos, de informação é muito mais importante. Pois, é obvio que todo o esforço dedicado a essa objeção é participe de fatores interno e externo, seja na vertente individuo para a sociedade ou ao contrario, que de certa forma, incentiva-me a buscar conhecimentos intelectuais e títulos sociais. Mas, é lógico, que para se alcançar o titulo, há de se dedicar a trilar as etapas propostas do decorrer da empreitada, e afirmo não se trata de uma “via em bom estado de pavimentação”, mas, sim uma “via cheia de obstáculo”, às vezes, quase intransponíveis. Mas a vontade em obter conhecimentos, informação, sabedoria fez-me perseverar e superar a todos.

No entanto, seria muito egoísmo meu se não registrasse nesse espaço a efetiva colaboração de algumas pessoas nesta construção social.

E a primeira é minha esposa Rosinete R da Silva, que sem sombra de duvida, foi que mais me apoiou; meus filhos, meus professores; não destacarei um ou uns por que todos foram significativamente importantes. Destacarei alguns colegas - Eugenio, Adriano, Tatiane, Cledisom, Ildean, Rubenil, Aline, etc... Agradeço a todos esses e aqueles que de alguma forma contribuíram ao êxito deste objetivo.

*“De fato, o que mais frequentemente ocorre na vida e o que os homens, pelo que se pode deduzir de suas ações, estimam como bem supremo, se resume a estas três coisas: riqueza honra e prazer sensual. Por estas três coisas, o espírito é tal modo distraído, que mal pode pensar em qualquer outro bem.”*

(SPINOZA/ Tratado da Reforma e do Entendimento, p. 19).

## RESUMO

Compreendendo que a educação propiciada pela família e a escola desempenham um papel de extrema importância para o desenvolvimento social e intelectual do indivíduo ou a sociedade, se interpretadas sob a óptica coletiva. Assim, esta pesquisa visa analisar de forma sucinta algumas propostas teóricas pedagógicas desenvolvidas em torno da educação, vinculando-as a estas duas “instituições sociais”, mas, abrangendo, apenas sua fase de Ensino Fundamental. Nesse sentido, como alicerce da pesquisa, foi realizado levantamento das teorias que envolvem o regimento do contexto social a partir das discussões desenvolvidas sobre o indivíduo e a sociedade na perspectiva clássica e também, teorias de outros contemporâneos e dados de pesquisas que refletem os resultados finais do processo de ensino e aprendizagem. A amostra concreta foi extraída através de questionário apresentado a participantes, como: alunos, pais, professores e gestor da Escola Governador Sarney, do município de Bacabal-MA. Como a função pedagógica envolve partes significativamente importantes da “estrutura social”, como: a família, a escola, empresas econômicas e o Estado; há leis regulamentares que delimitam os deveres, obrigações e abrangência destas “instituições sociais” nas condutas de “interações sociais”. Nesse sentido, esta pesquisa evidenciará alguns pontos que contribuem positivamente ou negativamente na regulamentação da relação institucional e individual entre cada seguimento envolvido; e sobre suas proposições sociais ao indivíduo ou a sociedade.

**Palavras-chave:** Instituição familiar. Escolar. Interação social.



## ABSTRACT

Understanding that education propitiated by Family and the school play a role of utmost importance for the social development and intellectual of the individual our Society, if interpreted under the optical collective. Thus, this research aims to analyze succinctly some theoretical proposals pedagogical developed around the education linking them to these two “social institutions”, but, covering, only your phase fundamental. In this sense, as foundation of the survery was conducted a survey of theories that involve the rules of procedure of social context from discourses developed on the individual and Society in perspective classic. And also theories other comtemporaries. But will contain still data research that reflect final results of the process f learning and teaching. In this context the sample concrete was extracted through questionnaire presented to participants, as: students, parents, teachers and manager school governor Sarney, the Município of Bacabal-MA. As the function pedagogical involves parts significantly important “social structure” with: families, school, companies economic and the state, there are laws regulatory delimit the duties, obligations and scope of there social institutions in ducts “social interactions”. In the regulation of the relationship institutional and individual between each follow-up involved, and propose questions up on your propositions social the individual or Society.

**Key-words:** Institution Family. School. Social Interaction.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2</b>	<b>ANÁLISE DAS TEORIAS CLÁSSICAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A SOCIEDADE E A EDUCAÇÃO</b> .....	14
2.1	Base Teórica de Émile Durkheim .....	16
2.2	Base Teórica de Max Weber .....	19
2.3	Base Teórica de Karl Marx .....	20
<b>3</b>	<b>A CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOLOGICA DA RELAÇÃO INTERDEPENDENTE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR E A FAMILIAR</b> .....	22
3.1	A Participação da Família como Fator Essencial na Formação Educacional do Educando .....	24
3.2	A Escola com suas Funções, Objetivos, Normas e Limitações .....	27
<b>4</b>	<b>ATUAÇÃO DA EDUCAÇÃO FAMILIAR E ESCOLAR EM SEU COTIANO:</b> análise do Ensino Fundamental, na Escola Governador Sarney no município de Bacabal – MA.....	31
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	36
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	40
	<b>APÊNDICE</b> .....	42
	<b>ANEXOS</b> .....	45

## 1 INTRODUÇÃO

A construção deste trabalho busca analisar a interdependência da educação familiar e a escolar, abrangendo as concepções pedagógicas a partir das teorias defendidas por renomados cientistas sociais, e as legislações, normas e estatísticas pertinentes ao tema.

Contém não somente as ideias teóricas que norteiam o desenvolvimento e os caminhos do ensino e aprendizagem, mas, também, as limitações e dificuldades que ocorre nos espaços escolares, compreendendo especificamente o Ensino Fundamental Público.

A pesquisa de campo apresenta-se a partir da realização de entrevista com atores partícipes, como: pais, professores e alunos – da Unidade Escolar Governador Sarney, do Município de Bacabal- MA. Esta escola atende alunos do ensino fundamental do 1º ao 9º ano.

As fundamentações teóricas advirão de cientistas sociais brasileiros e estrangeiros, mas, o foco são suas vinculações e contribuições às bases conceituais a didáticas pedagógicas ofertadas e aplicadas em nosso território.

Seu maior objetivo é tratar da influência na educação possibilitada pelas duas instituições em destaque – a família e a escola - no processo de emancipação do ser humano, no que diz respeito a seu gradativo crescimento intelectual dentro dos princípios democráticos e sociais, que os faculte orientar, analisar, julgar, e criticar as ações em âmbito pessoal e ou coletiva.

Sendo, na instituição familiar que a criança experimenta o primeiro contato social de sua vida. Convivendo com sua família e parentes próximos, desenvolve as primeiras compreensões necessárias à convivência social (CORTELA, 2002, p. 63). E, naturalmente, as pessoas que lhe cuidam em sua casa, possuem laços afetivos e obrigação específica; um pouco diferente, participa desse desenvolvimento, a Escola, aliadas, essas duas instituições sociais - família e escola - se complementam na formação do caráter ético, social e profissional do indivíduo de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, em seu Art. 2º que diz que:

[...] A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

A participação dos pais na educação dos filhos deve ser constante e consciente. Torna-se necessária a parceria de todos para o bem – estar do educando, cuidar e educar envolver estudo, dedicação, cooperação, cumplicidade e, principalmente, amor de todos os responsáveis pelo processo, que é dinâmico e está sempre em evolução.

[...] Uma das tarefas pedagógicas dos pais é deixar obvio aos filhos que sua participação no processo de tomada de decisão deles não é um a intromissão, mas um dever, até, desde eu não pretendam assumir a missão de decidir por eles. A participação dos pais se deve dar, sobretudo na análise, com os filhos, das consequências possíveis da decisão a ser tomada. (FREIRE, 1996).

Os pais e educadores não podem perder de vista, a concepção do real valor da sua participação na formação do indivíduo, apesar das transformações contínuas pelas quais passa a família; e os sistemas de ensino no Brasil. Como amostra, trago aqui um apanhado superficial de algumas legislações que já foram aplicadas no Brasil.

- (Regimentos de D João III, 1548; Plano da Redizima, 1564; Carta de Lei, 1772 – Aulas Régias; Lei das Escolas de Primeiras Letras, 1827; Ato Adicional, 1834; Reforma de Couto Ferraz, 1854; Leôncio de Carvalho, 1879 [...] Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996 (SAVIANI, 2008).

Observam-se, nessa pequena amostra, significativo, número de diferentes ideias apresentadas e aplicadas sobre os objetivos da educação brasileira. Todavia, este trabalho contemplará o contexto atual, retrocedendo as orientações propositadas a partir da carta Magna de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 20 de dezembro de 1996 e normas paralelas vigentes, como: os Parâmetros Curriculares e Diretrizes Curriculares.

Apesar da função excepcional no processo de socialização do homem exercido pela escola (DURKHEIM, 2011a), ainda, se constata número alto de pessoas em idade ideal fora dos sistemas de ensino em nosso território - entre crianças e jovens, em torno de 460 mil, o equivalente a 2,5%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016). Veremos alguns fatores sociais que contribuem para que isso aconteça: mas, focaremos apenas nos limites e dificuldades que perpassa pelas duas instituições sociais potencialmente responsáveis: as famílias e as escolas.

Assim, conflitos entre a família e a escola podem advir; proporcionado, em algumas vezes por fatores sociais, tais como: valores, crenças, hábitos culturais etc... Modelos educativos que não são de acordo aos da escola, da sociedade, do Estado. Diante da realidade, percebe-se que as mudanças ocorridas na área das legislações educacionais ocorridas ao longo da história nem sempre trouxeram determinações suficientemente eficazes, pois tanto a escola, quanto a família, algumas vezes, se vê refém de situações, onde ambas têm enorme dificuldade em lidar e resolver dentro do ambiente escolar.

No entanto, esta é obrigada por lei a cumprir seu papel social. E agora; como solucionar o problema em evidencia? De forma coloquial ou envolvendo órgãos e autoridades competentes? Conselho Tutelar, Pelotão de Polícia Escolar, Secretária de Educação? Veremos nos próximos capítulos o posicionamento sociólogos de especialistas em educação e o que determina a legislação corretiva postulada pelo – Estatuto da Criança e o Adolescente.

Todavia, o processo educacional não só se sobrepõe sobre a relação entre a família e a escola em si. Engloba diretamente o Estado, através de suas proposições legislativas que definem o modelo educacional a ser ministrado, em especial ao ensino fundamental; as percentagens monetárias a serem investidos; a infraestrutura receptora nas diversas instâncias assistidas, e a suficiência de profissionais necessários ao desenvolvimento adequado das instituições escolares. Isso será mais bem esmiuçado ao longo do trabalho, abrangendo contornos nacionais em se tratando de legislação e valores investidos e exemplificação real a partir de observação realizada em instituição escolar existente em nosso município, Bacabal - MA.

Dentro dessa cobertura dos caminhos percorridos pelo processo de ensino e aprendizagem, faz-se necessário trazer as teorias nos deixadas pelos grandes cientistas sociais clássicos, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber que teorizaram perspectivas em torno da relação ininterrupta entre o Estado e a sociedade. Dessa forma, compreendo que as duas instituições alvo desse trabalho despontam diretamente como representantes das estruturas teorizadas por eles. A escola como representante do Estado e a família, a sociedade. Mas, não serão somente estes que subsidiarão a veracidade da realidade contextual do processo de ensino atual propositado; teorias de grandes contemporâneos também contemplarão.

Tendo o objetivo de trazer as reais condições de funcionamento do espaço escolar e assim poder relacionar as teorias apresentadas no decorrer desta construção; desse modo, foi dedicado determinado tempo na realização de observação interna na Escola Governador Sarney. A princípio, através do estágio III e em seguida com a realização de entrevistas com alguns participantes efetivos do ambiente, alguns professores, pais, alunos e a gestora.

Observemos na sequência às teorias formuladas pelos clássicos em consonância ao indivíduo, a sociedade e sua vinculação a educação.

## 2 ANÁLISE DAS TEORIAS CLÁSSICAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A SOCIEDADE E A EDUCAÇÃO

Há uma concepção de que o ser humano para viver em sociedade há de acomodar-se de maneira satisfatória aos padrões sociais preestabelecidos no meio ao qual está inserido a sua época, sejam, em ações simples, do seu cotidiano através da assimilação de hábitos culturais, a adequação as normas acordadas sob a vigência da lei.

[...] devido ao fato de o indivíduo se encontrar perante uma força que o domina e é qual se submete; mas esta força é natural. Não deriva de um arranjo convencional que a vontade humana acrescentou à realidade; emana das próprias entranhas da realidade (DURKHEIM, 2011a, p. 130).

Qualquer atitude individual ou coletiva contrária as normas e valores vigentes; caso ocorra, é imediatamente reprimido através dos diversos dispositivos reguladores existentes; podendo ser uma simples repreensão verbal ou sua exclusão do meio dos demais coabitantes através de sua prisão.

[...] Assim existem regras que apresentam este caráter particular: estamos obrigados a não consumir os atos que elas nos proíbem somente porque elas no-los proíbem” (DURKHEIM, 2011b, p. 59).

A essa interação de agir e reagir frente à realidade social ao qual o indivíduo participa, dependente ou independentemente da sua vontade, constitui-se como “Fato Social” em (ÉMILE DURKHEIM) e ou Ação Social para (MAX WEBER). Segundo estes; as ações são praticadas porque todos praticam habitualmente sem se questionar o motivo, o porquê da sua prática; realizam ações por fazer parte do que é comum aos indivíduos em uma determinada época e espaço, e as cumprem em função dos demais cumprirem; quando se contrapõem são bloqueados pelas forças acordadas ou por fatores socioculturais encucados. Este entendimento é comum aos dois sociólogos (Marx e Weber). O que diverge na visão de um e o outro é a origem da demanda, ou seja, para Weber a origem da unidade de análise está centrada nos indivíduos que reconhecem as regras e atribuí-lhes sentido e decidem obedecê-las de forma consciente. Enquanto Durkheim (2011a) entende que “o todo” tem mais valor “que a soma das partes”, ou seja, para ele a sociedade é quem molda o indivíduo. Os dois concordam que o “fato social” e a “ação social”

constituem a unidade de análise, no entanto, divergem em que tem primazia sobre o outro.

Nessa perspectiva de análise das interações sociais, há outro fator que compõe os estudos em Sociologia frente à sociedade e indivíduo que é implícito e externo e o faz cumprir as normas sociais acordadas a sua época. A “Coerção Social”. “Coerção Social é entendida como força ou efeito exercido sobre o indivíduo pelas normas sociais” (FNDE, 2015, p. 34).

Veamos um exemplo dessa força coercitiva: ocorreu há alguns dias um ato cultural no Museu de Arte Moderna em São Paulo, onde um grupo realizou uma encenação onde uma criança tocava em um adulto nu. Este fato causou enorme repercussão negativa entre os diversos seguimentos da sociedade. Este episódio verídico promoveu uma ruptura na regularidade cultural padrão, quanto à forma de agir entre os indivíduos; algo diferente da forma regular. O comum é um adulto tocar em uma criança para cuidá-la. Como esta situação – criança x adulto - não faz parte da conscientização habitual, a reação foi imediata, com maior peso negativo, demonstrando como age a coerção social sobre os indivíduos. Ou seja, houve pressão social para que aquela ação ocorra na sequência comum – adulto x criança.

Mas, a discussão em Sociologia, na vertente Clássica sobre as relações do comportamento humano em sociedade não se restringe somente a estes formatos de forças implícitas descritas, como: coerção social, ação social e fato social. Existe, também, outra configuração que rege a sociedade sem que esta perceba com nitidez sua influência. Assim, há outra versão nesse contexto defendida por Karl Marx, onde tanto os individuais, quanto a sociedade regem-se mutuamente, reciprocamente, mas, sob limitações produzidas pelas condições históricas específicas, ou seja, os homens se constroem e ou constroem sua história, mas, não da forma que querem, o fazem de acordo com as condições materiais e históricas existente.

Assim, a análise da relação nas teorias Clássicas flutua em torno de quem determina os fins; se, os indivíduos a sociedade ou ambas de forma recíproca. Nesse contexto duvidoso e cheio de conflitos foi problematizado no século XIX três matrizes delineadoras.

I – A sociedade determina os indivíduos. Perspectiva durkheimiana.

II – Os indivíduos determinam a sociedade. Perspectiva weberiana.



III – A sociedade e os indivíduos determinam-se reciprocamente, de acordo com os limites estabelecidos pelas condições materiais de existência em um dado período histórico. Perspectiva marxista.

Em torno dessas matrizes se fundamenta as ideias clássicas que serão mais bem esclarecidas na sequência.

## **2.1 Base Teórica de Émile Durkheim**

O sociólogo francês Émile Durkheim (1858 – 1917) foi o pioneiro na inserção da Sociologia como disciplina acadêmica, distinguindo-a das outras disciplinas. Foi o fundador do método de análise denominado “Funcionalismo ou Comparativo”.

“[...] Em suma, a analogia é uma forma legítima da comparação e a comparação é único meio prático de dispomos para conseguir tornar as coisas inteligíveis” (DURKHEIM, 2011a, p. 13).

Por este método, se entende que todos os eventos e fenômenos que ocorrem no meio social possui um significado. Durkheim identificou características humanas que poderiam ser analisadas e interpretadas separadamente da consciência individual e estas constituiria a unidade base e o objeto de estudo da Sociologia. A essa característica ele tratou como “fato social”.

Portanto, nessa busca pelo o objeto de estudo da Sociologia, como já praticado nas Ciências da Natureza, como: a Física que tem como objeto de estudo a matéria e os fenômenos relativos a ela no tempo e no espaço. Assim, ao reconhecer no fato social esse conjunto de caracteres que poderiam ser descritos, interpretado e explicado pela ciência a partir de metodologia própria, elege-o como a unidade de análise.

O “fato social”, condiz a manifestação que se constitui no indivíduo e surge como um dado autônomo, facultado pelo conjunto de normas e regras que regulam as ações humanas em âmbito coletivo que demandam as ações individuais. Sendo que o cumprimento ou a adequação as normas e regras praticadas em determinada sociedade se manifesta de maneira autônoma, caracterizando-se como algo exterior ao indivíduo.

Características do fato social de acordo com Durkheim (2011b, p. 31):

- 1º) a sua exterioridade em relação às consciências individuais;
- 2º) a ação coercitiva que exerce ou é suscetível de exercer sobre essas mesmas consciências.

Nesta lógica de pensamento Durkheim caracteriza o fato social como tudo aquilo que por via de modo se impõe aos homens como ação que eles têm que realizar sob pena de ficar fora do contexto social.

Mais não é só isso; a realização dessas ações constitui uma regulação ao qual o não cumprimento ou o cumprimento fora dos modos regular produz uma força externa coercitiva (coerção social) que direciona o indivíduo a realização da prática consciente ou inconsciente. Vejamos um exemplo: as vestes devem ser adequadas a cada espaço social. Se alguém resolve ir contra recebe a pressão; imagine se seu “fulano” resolve ir à igreja que congrega de sunga de praia; com certeza não terá o mesmo olhar como o outro membro que esteja vestido de calça e camisa social.

Para nortear um pouco mais sobre coerção social: observemos no que diz a legislação educacional atual brasileira, pelo menos, a respeito do ensino fundamental, quando o artigo 6º e 32º da LDB de 1996, que de certa forma, pressiona os pais a disporem e manterem seus filhos vinculados a alguma instituição de ensino, constituindo-se, assim, uma forma de coerção; embora, a maioria deles não perceba e não saibam.

[...] É simplesmente devido ao fato de o indivíduo se encontrar perante uma força que o domina e à qual se submete: mas esta força é natural. Não deriva de um arranjo convencional que a vontade humana acrescentou a realidade; emana das próprias entranhas da realidade; é o produto necessário de determinadas causas (DURKHEIM, 2011a, p. 130).

O objetivo dessa comparação é mostrar que o indivíduo é regido pela estrutura maior, a sociedade. Ele busca demonstrar que a sociedade apresenta a postura de estrutura em condição superior ao indivíduo. Ou seja, em sua linha de pensamento há a “primazia da sociedade sobre o indivíduo”. Para isso, parte do seguinte princípio; compara a sociedade a um organismo vivo, onde tal organismo só funciona – vive – se todas as partes estiverem coesas, reunidas, ou seja, “o todo” é “mais que a soma das partes”.

Ao se comparar a sociedade a um ser composto de partes (órgãos) que devem contribuir para o funcionamento do “todo”; surge outra questão sociológica: a

ordem e a função, ou seja, existe uma ordem e função específica das partes para o “todo” funcionar? Durkheim prever que na sociedade todos os elementos devem trabalhar devidamente solidários para que a vida social siga seu caminho normal; é nessa perspectiva que ela - a sociedade – é comparada a um organismo vivo onde cada órgão deva realizar sua função a fim de manter o corpo com aspecto saudável, ou melhor, os indivíduos devem atuar em conforme a realidade a época.

Mas, para que isso ocorra deve haver a “coesão social” que resulta da ação solidária das partes. A instituição escolar é um exemplo de elemento fundamental na construção da “solidariedade social”. Já os crimes, as revoltas, as greves são considerados desvios dos padrões que refletem uma condição da sociedade ou do organismo ou do todo não saudável.

A ausência da regularidade dentro da sociedade com a incidência de furtos, assassinatos, agressões físicas ao outro, representa um estado de patologia como ocorre em um organismo vivo. Quando isso ocorre na sociedade, configura um estado de “anomia”, que representa a falta do cumprimento das normas e regras.

Como as regras, as normas são exteriores ao indivíduo, quem vai ser o portal de entrada dessas condutas é a escola. Por esse motivo ela mantém papel importante no processo de socialização do homem; segundo ele, é a escola que vai integralizar este ao molde adequado para qual sociedade participa a sua época. Nesse sentido, ele vê a educação moral como fator que deve ser integralizado à consciência humana para que desenvolva e assim haja harmonia social, ou seja, a importância da escola se dá devido a sua função socializadora que exerce sobre os indivíduos.

O grau de importância que escola por ser responsável pela socialização do ser além de promover aquilo que Durkheim chamava de “espírito de adesão ao grupo” que nada mais é do que a lapidação dos seres humanos as formas comportamentais e valorativas adequadas as regras sociais estabelecidas. Como o homem é um ser social isso o faz bem. Por estas condições a escola adquire valor primordial a solidariedade social.

Mas, Durkheim pensou também na importância da família como promotora da educação moral. Todavia, por esta porta ela se dar pela intensidade e afetividade pessoal diferente da forma escolar que é impessoal sendo mais adequado para a vida em sociedade.

## 2.2 Base Teórica de Max Weber

O sociólogo, historiador e economista Max Weber nasceu na Alemanha em 1864 e morreu em 1920. Envolveu-se com a política, mas, decepcionado dedicou-se ao magistério.

Desenvolveu o método de análise Compreensivo onde propõe que o objetivo da Sociologia é buscar entender o sentido que os atores sociais dão as ações e a sua vida em conformidade ao modelo cultural que estejam inseridos. Então, para fundamentar sua metodologia sociológica ele cria um modelo social que se acentua na realidade e é abstrato, tido como “Tipo Ideal”.

[...] Por isso o método ou artificiosismo dos “tipos ideais”, que é uma espécie de construção utópica com as variáveis mais sobressalentes de qualquer situação social. É uma espécie de construção hipotética para ver os aspectos mais destacados de um fenômeno social na sua totalidade que ainda necessita de verificação (WEBER, 2013, p. 21).

Todavia, este método hipotético criado por ele é apenas base de orientação sobre a forma de interpretar as ações e interações humanas que ocorrem dentro da sociedade.

Por esse motivo, na concepção weberiana o que pode ser observado são as ações humanas de forma individual e a compreensão que estes dão a essas ações. Só assim, a Sociologia pode descrever compreender e interpretar os comportamentos sociais. Mesmo, ocorrendo à demonstração de alguns comportamentos de maneira coletiva na forma de ser e agir, como: a fala dos indivíduos de um determinado território, o jeito feminino e masculino, a arquitetura e organização das cidades etc. Para ele são situações sociais que ocorrem de maneira independente da necessidade de reciprocidade do outro. Fator que não corresponde à condição da ação social. O que ele quer com estas teorias é demonstrar que a unidade mínima de análise da sociedade é a ação individual, praticada de forma consciente e dependente da outra reciprocamente e não importando o estado ou a condição social em que ocorra. Pois, só é possível observar as ações individuais, possibilitado pelo valor sociocultural que estes dão a elas.

Nessa perspectiva, segundo ele, a sociedade é construída pelas decisões individuais a respeito do valor que é dado as regras, normas e a estas atribuído

sentido e razão para obedecer-las. Com base nessas demonstrações, evidencia-se que Weber delimita a ação social como motora da sociedade; condição contrária ao posicionamento de Durkheim que confere como fator condicionante o fato social que sofre a influência da sociedade.

Na concepção empírica sociológica de Weber as interações sociais que ocorrem, como: a ordem de parada feita por um agente - policial - e a consequente obediência pelo segundo agente – o condutor do veículo - é que pode ser analisada. Pois, dessa ação e reação se extrai os porquês do cumprimento. Segundo ele; como essa relação perpassa por todos os níveis da sociedade, seja nas relações entre governante e governado, no cotidiano entre a família e a escola ou nas instituições empresariais, configurando que a sociedade se constitui pelas relações sociais dependentes e conscientes.

Weber não tratou de educação diretamente, mas, trás importantes teorias educacionais que se vincula ao tipo de dominação pretendente pela estrutura social ou familiar ao qual o indivíduo participa. Segundo ele são três tipos e cada uma contém sua especificidade.

A dominação “Carismática” está vinculada ao dom do indivíduo e prevaleceu na sociedade pré-capitalista; envolve mais a afetividade entre indivíduos.

A “Tradicional” visa formar o homem culto obedecendo ao grupo ao qual participa; esta formação poder ser em âmbito religioso ou social (mundano).

A educação “Racional Burocrática” visa preparar o individuo para finalidade práticas, uteis a administração publica ou privada, além de outras instituições sociais.

Por essa vertente, Max Weber acredita que a educação possa tornar o individuo autônomo e consciente naquilo que ele seja preparado ao longo de sua construção socio intelectual, Fator que o possibilita sempre estar ligado política desenvolvida por sua Nação. Sendo, condição extremamente necessária ao homem moderno.

### **2.3 Base Teórica de Karl Marx**

O pensador alemão Karl Marx viveu de 1818 a 1883, e foi precursor do método sociológico – Materialismo Histórico e Dialético. Nesta vertente combinam-se a materialidade da história e a análise da dialética da realidade social.

Segundo ele na produção da vida material, ou seja, na produção dos bens necessários a sobrevivência é estabelecido as relações onde determinado grupo exerce dominação sobre o outro. E, desse conflito surge às transformações históricas.

As transformações decorrentes dessas praticas proporcionam o desenvolvimento das superestruturas da sociedade, formada pelos níveis jurídico-político e ideológico. Nesses níveis encontram-se as convicções, o poder e as leis.

Mas, voltando a discussão entre quem é a unidade base de análise, se individuo ou sociedade. Na perspectiva marxista a teoria sobre a sociedade pode ser compreendida por sua totalidade e pelas ações individuais, mas, limitada pelas condições históricas específica. Por isso não é possível afirmar que os indivíduos têm primazia sobre a sociedade ou ao contrário. Logo, a ação dos indivíduos na vida social, assim, como a estrutura na qual estão inseridos é resultado da situação histórico-social.

Marx desenvolveu uma teoria orientada pela ideia de conflito, estabelecendo a classe social como unidade de análise sociológica que permite pensar a relação entre individuo e sociedade de maneira reciproca, ou melhor, não é possível pensar no individuo sem levar em conta sua inserção a uma classe social.

Ele entendia que era possível por meio da educação aliada a práxis social que se poderia criar um ser humano novo consciente das suas potencialidades históricas, ou seja, ele atribui um papel importante à educação à medida que ela pode tornar o homem mais humano. Segundo ele: nascemos humanos, mas, nós nos construímos humanos à medida que desenvolvemos nossas potencialidades que alia a escolarização ao mundo do trabalho e a vivencia social de maneira crítica e consciente.

Nesse sentido, com relação à educação seu pensamento caracteriza-se pela preocupação sobre a construção do homem plenamente desenvolvido em suas potencialidades físicas e espirituais, não subjugado ao domínio do capital.

Pode-se extrair do pensamento dos clássicos uma visão de mundo com um aspecto crítico a partir da vertente ideológica de cada um em consonância ao contexto atual e este é o objetivo do capítulo seguinte.

### **3 A CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOLOGICA DA RELAÇÃO INTERDEPENDENTE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR E A FAMILIAR**

A História da família brasileira, assim como a instituição escolar passou por importantes transformações em seu contexto social, político e econômico ao longo desses pouco mais de V séculos do descobrimento do Brasil. “Brasil de escolas domésticas, de reformatórios, de escolas de artes e ofícios” (FREIRE, 2013, p. 52).

Pode se dizer que a sociedade burguesa oriunda da Europa, em outrora – período colonial - fora à base da estruturação e formação do modelo familiar consolidado no Brasil. E, esse modelo assimilou, durante bom tempo, a mesma versão praticada pela sociedade colonizadora em seu território original, na Europa, em Portugal, especialmente. As transformações na composição e formação familiar ocorreram lentamente. A princípio com a aproximação do Índio, através da sua escravização, na sequência com a vinda de grandes quantidades de Negros trazidos da África para serem escravizados, haja vista, os Índios não se adaptarem ao trabalho forçado e por terem, ainda, a proteção dos padres Jesuítas (FREIRE, 2013, p. 32).

“[...] Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negros – na composição” (FREIRE, 1996, p. 32).

A essa época “colonial” o casamento era ligado aos negócios. Assim, a formação de uma nova família partia do princípio da consanguinidade, mesmo nível socioeconômico e ideal político. Constata-se, que a estruturação familiar obedecia a rigoroso critério; logo, buscava-se manter os mesmos padrões sociais aos quais os nubentes estavam vinculados.

Contudo, dado as necessidades da estruturação físicas e econômicas na colônia, o regime celetista de formação familiar vigente, no princípio, sofreu transformações significativas.

Com a finalidade de colaborar na realização e construção dos objetivos dos colonizadores – como citado antes - o Índio é capturado e escravizado; este passa a conviver nas proximidades das famílias tradicionais e dessa forma tanto passa seu

modelo de organização social familiar, como também recebe influência (RIBEIRO, 1995, p. 127).

[...] Evidencia-se na perplexidade do missionário que, em vez de famílias compostas de acordo com o padrão europeu, depara no Brasil com verdadeiro criatório de mestiços gerado pelo pai branco e suas múltiplas mulheres índias (RIBEIRO, 1995, p. 127).

Em seguida, ainda, no século XVI e se estendendo até 1850, são trazidos à colônia brasileira grande quantidade de pessoas do continente africano com o propósito inicial de substituir os índios na mão de obra, pois, estes não se adaptaram a conduta trabalhista lhes imposta (RIBEIRO, 1995; p. 98). Assim, o modelo tradicional familiar vigente foi aos poucos se assimilando a outros modelos culturais familiares advindos de outros territórios.

Evidencia-se, por necessidades econômicas a miscigenação de três povos, três formas culturais diferentes – o Europeu, o Índio e o Africano - em um mesmo espaço. A junção dessas culturas constituirá as bases familiares brasileiras atuais;

[...] No plano étnico cultural, essa transfiguração se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando, na língua e nos costumes, os índios desengajados do seu viver gentílico, os negros trazidos da África, e os europeus aqui querenciados. Era o brasileiro que surgia, construído com os tijolos dessas matrizes à medida que elas iam sendo desfeitas (RIBEIRO, 1995; p. 30).

A preocupação na formação de uma nova família, também se estendia à educação e formação dos filhos. Pois, a perpetuação dessas dependia das instruções educacionais recebidas ao longo do seu desenvolvimento de vida. Assim, aquelas famílias detentoras de maior poder aquisitivo e social, a princípio, mandavam seus filhos a Europa, onde existiam centros educacionais ao padrão requerido.

Somente, em períodos posteriores, especialmente, com a vinda em 1908 de D João ao Brasil, quando transferiu a Corte Portuguesa à colônia brasileira, fugindo das tropas francesas por ser aliado da Inglaterra. É que se inicia uma série de transformações políticas, sociais e culturais aqui no Brasil. O Monarca desembarcou em Salvador, mas, conferiu ao Rio de Janeiro a sede da Corte. Assim, para atender ao formato social real adequado, iniciou-se a construção e transformação das estruturas necessárias, como: repartições públicas, banco, imprensa etc... E para satisfazer aos nobres compatriotas, fundou as primeiras escolas de nível superior. (HERMIDA, 1979, p. 166 *apud* BRAUNA, 2013).



A partir dessa fase da História brasileira, vinculando-a ao desenvolvimento familiar e escolar muitas coisas aconteceram nas duas vertentes. Com relação à família, esta passou por transformações significativamente profundas, em termo de formação e composição. Hoje, já não podemos mais falar da composição família somente sob o aspecto tradicional, ou seja, pai homem e mãe mulher. Atualmente, existem vários tipos de formação familiares coexistindo em nossa sociedade, tendo cada uma delas suas características peculiar, e, não mais seguindo um padrão dominante, como anteriormente.

Existem famílias de pais que não convivem na mesma residência, com responsabilidades definidas em lei; famílias compostas só por mulheres, só por homens etc... Aquela família de outrora, nuclear – patriarcal - composta de pai e mãe heterossexual, não é mais hegemônica. Assim, não se pode descrever a inter-relação entre família e escola na atualidade, sem levar em consideração às transformações ocorridas ao longo do tempo nessas duas vertentes.

[...] às condições de uma sociedade, como a brasileira, desde o meado do século XIX em processo de transição patriarcalismo rural para industrialismo urbano e capitalista; familismo para o individualismo (FREIRE, 2013, p. 53).

Observa-se neste breve histórico sobre a evolução e transformação dessas instituições significantes para a estruturação da sociedade, a partir da sua gênese à brusca transformação sociocultural sofrida. A família; operada pelas condições históricas acompanha as transformações propositadas nesse período, saindo de uma concepção administrativa autoritária – patriarcado – a forma atual, um tanto, liberal. Assim, como o ensino escolar: de vinculado aos dogmas da igreja – ensino dispensado pelos padres Jesuítas - a inexistência durante o espaço de tempo, que compreende o Período Colonial, a seletividade social aos dias atuais, cheio de normas e propósitos. No próximo subtema será melhor especificado sobre a participação da família na interdependência escolar especificamente.

### **3.1 A Participação da Família como Fator Essencial na Formação Educacional do Educando**

Até o século XIX, a separação de objetivos entre escola e a família era clara: a escola cuidava daquilo que à época se chamava “instrução”, que na prática era a

transmissão dos conteúdos pedagógicos; e a família se dedicava ao ensinamento de valores, hábitos culturais coerentes à sociedade à época.

“[...] segundo as funções sociais para as quais se os destinavam em consonância com as características que geralmente decorriam de sua origem social” (SAVIANI, 2007, p. 159).

“Muito ocorreu, até o real reconhecimento do valor da educação para as classes sociais surgidas com a urbanização. Somente, a partir dessa fase histórica é que a educação passa a ser objeto de atenção para as famílias e, assim, as expectativas em relação a ela se ampliam”, diz (ALMEIDA, 2017).

Sendo que, o acesso em larga escala ao ensino só se intensificou nos anos 90, com a inclusão de mais de 90% das crianças em idade escolar ao sistema educacional; favorecido pela promulgação de legislações importantes, como a – Lei de Diretrizes e Bases, N° 9493/96, Plano Nacional de Educação etc. Estas normas regulamentam de forma clara os percentuais a serem investidos a partir da arrecadação Estatal, Estadual e Municipal.

Todas essas determinações sob o rigor da lei se deram pela necessidade de se tentar igualizar as classes sociais. Logo, a pesquisas comprovam a grande quantidade do numero de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, De acordo com os dados de 2016, 52.2 milhões sobrevivem com renda de R\$ 387.07 por mês (IBGE, 2016). Configura-se em nosso País grande desigualdade, quanto à distribuição de renda. Fator que proporciona muitas vezes, condição sub-humana, em termo da sustentabilidade básica para muitas famílias que por consequência torna a dependência do espaço educativo, mais para em primeiro lugar lograr o sustento básico do filho.

Para muitas famílias só o fato de haver merenda e uniforme já lhes representa uma enorme conquista. Afirma Carvalho (2006, p. 78) que:

Muitos pais veem a escola como um benefício e não um direito e confundem qualidade com a possibilidade de uso da infraestrutura e dos equipamentos públicos. Isso de nada adianta se a criança não aprender.

É de se esperar que os pais devam dispor da melhor forma possível no suporte aos filhos durante as fases educacionais, mas, não no intuito de cumplice na manutenção familiar em termo das necessidades básicas de sobrevivência.

O envolvimento dos adultos com a educação das crianças deve em um sentido emocional e afetivo, que lhes reflita cumplicidade no desempenho escolar, afirma (ALMEIDA, 2017).

Os pais devem ajudar no ensino dos conteúdos e os professores no dos bons modos? Não. A colaboração que se espera é de outra ordem. “O papel do pai e da mãe é estimular o comportamento de estudante, dos filhos, mostrando interesse pelo que eles aprendem, incentivando-o a leitura e pesquisa”, diz Antonio Carlos Gomes da Costa, pedagogo mineiro, e um dos redatores do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (BERTONI, 2015). Para isso, é preciso orientar os pais e subsidiá-los com informações sobre o processo de ensino e de aprendizagem e coloca-los a par dos objetivos da escola e dos projetos desenvolvidos e criar momentos em que essa colaboração possa se efetivar.

Quando o assunto é aprendizagem, o papel de cada um dos seguimentos institucionais está bem claro, a escola ensinar, e os pais acompanhar e fazer sugestões. Porém, se o tema é comportamento, as ações são complexas e a atenção deve ser redobrada. Ao perceber que existem problemas pessoais que se refletem em atitudes que atrapalham o desempenho em sala de aula, os pais devem ser chamados e ouvidos, e as soluções, construídas em conjunto, sem julgamento ou atribuição de culpa. “Um bom começo é ter um dialogo baseado no respeito e na crença de que é possível resolver a questão”, acredita (GALLO, 2010).

Tavares (2012, p. 42) constata que a maioria dos problemas de comportamento, como: ausência de atenção, agressividade são reflexos da conduta dos pais. Uma criança, por exemplo, que não consegue, em sala de aula ficar parada, nervosa, violenta com os colegas, sempre mal arrumada, cadernos rasgados, pode ser que uma das causas para tudo isso, seja, uma relação conflituosa com a família ou a relação conflituosa é entre os pais; os quais brigam o tempo todo, às vezes agride a criança desnecessariamente, despreza-a, são indiferentes as necessidades afetivas. Em muitos casos este tipo de ambiente familiar é comum e muito prejudicial ao processo educativo da criança.

É importante perceber que as ações da família são na maioria das vezes muito diferente das ações desenvolvidas na escola; principalmente, nas famílias, onde o nível de escolaridade por parte dos pais é baixo. Condição que torna a participação crítica do educando em desvantagem, dado seu poder de apoio familiar; não por não querer ajuda-lo, mais por não dispor de intelecto pedagógico suficiente.

Mas, mesmos sendo analfabetos ou com baixa escolarização, podem sim, contribuir na aprendizagem dos filhos através do apoio emocional.

Apesar das mudanças e transformações sociais ocorrida nos últimos tempos, inclusive na família, mesmo assim, está não se isenta de seu papel de educador primordial no desenvolvimento e integração do filho à sociedade.

[...] a tarefa de educação dos filhos é da família em primeiro lugar, e do poder publico de forma secundaria, a escola faz a escolarização, por isso, se a família não cumpre aquilo que ela precisa cumprir a escola não dará conta (CORTELA, 2002).

É importante ressaltar que a escola em todas suas etapas é passageira para o indivíduo; sua finalidade é tão somente, contribuir no enriquecimento intelectual ao que diz respeito a sua participação solidaria, critica e cidadã nos aspectos politico, social e cultural na sociedade, entre outros. Enquanto a família, com seus costumes e hábitos perduram por toda a vida do mesmo. Em virtude disso é incoerente se atribuam à escola como a primeira na tarefa de educação do indivíduo (CORTELA, 2002).

O próximo tema especificará a inter-relação existente na escola, os objetivos, seu papel social e as dificuldades enfrentadas.

### **3.2 A Escola com suas Funções, Objetivos, Normas e Limitações**

A educação escolar objetiva a formação do indivíduo com aspecto critico e reflexivo a cerca do seu importante papel na construção da sociedade que participa. Além, de socializar o conhecimento científico. Também, é incumbida de promover e desenvolver em seu espaço a promoção da cidadania, da justiça, da solidariedade, da diversidade, da liberdade; de ser um espaço propicio ao enriquecimento do pensamento do educando em todas as frentes que demandam uma convivência harmônica no atuar em sociedade. Todavia, a construção desses pressupostos em meio à sociedade requer “a afirmação de um conjunto de princípios democráticos para reger a vida social e politica” (BRASIL, 1997, p. 21). Os Parâmetros Curriculares Nacionais propõe que sejam desenvolvidas e aplicadas formas educacionais comprometida com a cidadania; por isso se baseia no texto constitucional, fundamentado pelos seguintes princípios.

- Dignidade da pessoa humana – condição que norteia os direitos humanos em âmbito social...
- Igualdade de direitos – garantia a todos a mesma dignidade e possibilidade de exercício de cidadania...
- Participação – princípio democrático, refere-se à noção de cidadania, como complementação entre a representação política tradicional e a participação popular no espaço público...
- Co-responsabilidade pela vida social – requer a partilha em conjunto com os poderes públicos e diferentes grupos sociais, organizados ou não, a responsabilidade pela vida coletiva.

Observa-se, nesses princípios fundadores propostos por este documento normativo para a educação, a configuração de objetivo democrático, numa excelência ultra satisfatória; objetivos condizentes a realização de uma educação em alto nível.

Mas, será se todas essas normas delineadoras para a educação são efetivamente capazes de tornar os espaços educativos, compreendendo todas as etapas, em especial, o Ensino Fundamental, realmente, eficaz? De acordo com as teorias apresentadas até aqui, em termo da parceria entre a escola e a família; isso, realmente ocorre no seu dia-a-dia? Será se na prática a realidade não é outra? Será se os professores estão satisfeitos? Os pais, os alunos, os demais funcionários da escola? O Estado cumpre com suas responsabilidades, quanto aos percentuais acordados em lei para dispor a educação? Sobre esses questionamentos e tantos outros que se relacionam com as instituições educacionais, as famílias e a sociedade, vejamos alguns posicionamentos estatísticos e científicos a seguir.

A princípio, Saviani (2008, p. 12) realiza um esboço sobre a propósito de erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental. Segundo ele:

No Brasil as políticas públicas educacionais, em geral, não são cumpridas. Uma amostra se dá a esse respeito no que fora definido pela Constituição Federal de 1988, onde esta definiu que nos dez anos seguintes, as instancias Federal, estaduais e Municipais deveriam investir 50% do orçamento destinado para a educação na busca da eliminação do analfabetismo e a universalização do Ensino Fundamental; previsão não cumprida.

Mesmo, se fosse respeitado o acordo estabelecido, ainda assim, dificilmente seria alcançado o objetivo, pois, a percentagem chegaria a 1,75%, pelo fato de aqui

no Brasil o investimento em educação girar em torno de 3,5%, e se comparado a outros países, esse percentual é irrisório. No EUA 7,5%, Canadá 7,6%, Suécia 8,8%. Vê-se claramente o motivo da meta não ser alcançada. E, assim, vai-se criando mecanismos que justifique a posterioridade para a solução do problema. Um problema que muitos países já resolveram inclusive nossos vizinhos – Argentina, Chile e Uruguai (SAVIANI, 2008, p. 14).

(...) Quando esse prazo esta vencendo, o governo criou o FUNDEF, com prazo de mais dez anos para essa mesma finalidade; e a LDB, por sua vez, instituiu a década da educação; seguiu-se a aprovação, em 2001, do Plano Nacional de Educação, que também se estenderia por mais dez anos... ao se esgotarem o prazo dos dez anos do FUNDEF, foi instituído o FUNDEB, com prazo de 14 anos... Agora, quando mais da metade do tempo do PNE já passou, vem um novo plano, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)... desta vez quinze anos... Nesse diapasão já podemos conjecturar sobre um novo Plano (...) (SAVIANI, 2008, p. 12).

Outro problema diretamente relacionado ao sistema de ensino são as definições correlacionadas aos educadores. Apesar, da fixação salarial regulamentada por lei, através do piso salarial – Lei Nº 11.738 de 16 de julho de 2008 - é comum o descumprimento por parte do poder público em todas as instâncias das proposições salariais acordadas. Diante, dessas circunstancias, observa-se quase que anualmente a deflagração de greves dos trabalhadores da educação, acarretando grandes transtornos para o cumprimento do objetivo anual em várias frentes. Mas, é lógico que o maior culpado por estas situações, sem sombras de dúvida, são as instâncias públicas adequada a faixa de sua responsabilidade, ou seja, a União, os estados ou os municípios.

Estes são alguns fatores que contribuem para os índices de desenvolvimento educacional do ensino público no Brasil não atinja as metas. Mas, esta situação desrespeitosa por parte do Estado em desfavor da educação corresponde à contextualização social desenvolvida ao longo da História Brasileira, em detrimento a sociedade como um todo (BRASIL; 1997, p. 20).

A sociedade brasileira carrega uma marca autoritária: já foi uma sociedade escravocrata, além de ter uma larga tradição de relações políticas paternalísticas e clientelistas, com largos períodos de governos não democráticos. Até hoje é uma sociedade marcada por relações sociais hierarquizadas e por privilégios que reproduzem um altíssimo nível de desigualdade, injustiça e exclusão social.

“Esta pequena amostra é apenas a ponta do iceberg dos problemas que enfrenta o sistema educacional brasileiro” segundo Saviani (2007).

Mas, a escola não é composta só de problemas. A escola é um espaço dedicado socialização dos indivíduos em conjunto com a família em todos os aspectos necessários a sua convivência harmônica na sociedade. Não é um local destinado somente para a obtenção de conhecimentos científicos e sociais. É um espaço especialmente voltado a adequação dos indivíduos a conformidade ao ideal democrático para a qual sociedade participa a época.

#### 4 ATUAÇÃO DA EDUCAÇÃO FAMILIAR E ESCOLAR EM SEU COTIDIANO: análise do Ensino Fundamental, na Escola Governador Sarney no município de Bacabal – MA

A opinião dos envolvidos propiciará ter-se uma visão aproximada e concreta sobre os objetivos e os eventuais problemas na instituição escolar escolhida.

Dessa forma, foi proposto um questionário onde este visa demonstrar, de forma unilateral, o que pensam, o que acham, o que almejam e as possíveis deficiências que observam, enquanto “transmissor e adquirente” dos conteúdos pedagógicos; o desejo do Gestor e o sonho dos pais em prol do desenvolvimento intelectual do filho.

A escola selecionada foi a Unidade Escolar Governador Sarney, localizada à Rua Dias Carneiro Nº 1254, Bairro Ramal, Bacabal- MA, CEP – 65700-000, dependência administrativa Municipal, localização urbana, código junto ao MEC 21100918. Escola que oferece o ensino fundamental do 1º ao 9º ano em dois turnos e comporta cerca de 400 alunos. Logo, fora nesta escola que realizei a parte prática da graduação correspondente ao Ensino Fundamental – o estágio III.

Figura 1. Foto ilustrativa da escola campo de pesquisa.



Fonte: Pesquisa do autor, 2018.



Introdução ao questionário.

Nesse sentido, com o intuito de entender a dinâmica pedagógica, os objetivos, as dificuldades enfrentadas pelos membros desta escola e vincula-lo ao contexto desenvolvido neste TCC. Foi proposto a realização de entrevista por meio de um questionário delineador inteiramente relacionado aos objetivos, desejos e sonho dos participantes.

**1** – Para o desenvolvimento deste trabalho faz-se necessário analisar a concepção teórica de diversos pensadores a cerca da educação. Alguns a concebem sob aspecto geral, ou seja, propõe modelo educacional a sociedade sem distinção de fase ou espaço; outros delimitam fases e espaços. Mas, como foco deste trabalho é analisar a interdependência da educação familiar e escolar como fator significativo para o desenvolvimento intelectual do ser humano.

Assim, proponho a você, que é membro importante desse espaço escolar, que descreva sobre o real valor da educação familiar e escolar. (Não é a educação oferecida por esta escola; é o que você tem em mente sobre a educação que essas duas instituições – família e a escola – propiciam a criança).

**Mãe:** M. J. “É de suma importância o papel da família na escola, pois, a escola tem um papel importante de ensinar, passar o conteúdo para as crianças, mais os pais também devem entra neste meio... Todos devem ajudar tanto a escola como os responsáveis, só assim o aluno irá aprender melhor com a ajuda dos dois, pois, só a escola não basta, temos que ajudar as duas partes para ter um ensino de qualidade.

Tem muitos pais que não ajudam as crianças em casa, acha que só a escola já basta e não reforçam o conteúdo que a escola passou, não é bem assim, todos devem fazer a sua parte, tanto a escola como os pais para se ter um bom resultado. Vamos juntos fazer a nossa parte, só assim conseguiremos mudar o nosso Brasil, ajudando os nossos alunos.

Mas, para isso, precisamos melhorar a educação do nosso país.

A educação no Brasil está cada vez mais precária, por causa desses corruptos, mas, nós pais precisamos acreditar e confiar em nossos alunos e ajudá-los a seguirem confiantes num Brasil melhor”.

**Aluna:** R.K.S.F. “A educação é aquela que recebemos em casa e levamos para irmos, pois, a que nossos pais nos ensinam devemos levar para a vida toda.

Na escola o que aprendemos serve para o nosso futuro e na nossa vida profissional”.

Vê-se com estas respostas, a confirmação do pensamento solidário existente em meio a sociedade em termo de co-responsabilidade do desenvolvimento da prática educacional. Também, o reconhecimento das virtudes negativas que pairam sobre a educação ao que correspondem ações de corrupção promovidas por membros públicos.

**2 –** Agora, contribua com sua opinião, de forma coerente sobre a educação que ocorre nesta escola. Você pode levar em consideração, a existência ou falta de itens necessários ao bom desempenho do processo de ensino e aprendizagem, como exemplo: a luminosidade da sala de aula, a ventilação, o quadro, as carteiras, a regularidade das aulas, a existência de ações extra regular que favoreça o desenvolvimento do educando, como, feiras de ciências, gincanas etc.

**Mãe:** M.J. “Bom, eu como mãe de aluno da Unidade Escolar Governador Sarney concordo que a escola tem um bom ensino, eu creio que a escola precisa de alguns reparos, como ampliar mais, colocar ar condicionado nas salas de aula, fazer mais atividades que envolvam os alunos. Mas, quanto ao ensino eu acho bom, pois, o meu filho fala bem dos professores, que eles ensinam bem; então, fico feliz por isso, e espero que continuem assim, para a melhora da educação... Tem que ter merenda escolar... para se ter uma boa educação os governantes tem que fazer tudo isso. Investir nas escolas; e a escola deve implementar ações que favoreçam o desenvolvimento do educando”

**Aluna:** R.K.S.F. “Na nossa escola precisamos de alguns itens para uma boa aula, como exemplo: melhor iluminação, ventiladores, banheiro com a estrutura melhor, carteiras com melhor qualidade, uma quadra com boa estrutura e reformar a escola, feiras de ciências.

Essas respostas, embora sua forma de falar seja coloquial, mas trás com muita clareza os objetivos sinceros e acima de tudo dentro do que se espera da função desse espaço. E em conformidade a ideia sociológica proposta cientificamente e desenvolvida por especialistas, como: Antônio Carlos G. Costa, Maria A. Almeida, Marcia Gallo etc...

**3 –** “O papel do pai e da mãe é estimular o comportamento dos filhos, mostrando interesse pelo que eles aprendem, incentivando-o a leitura e a pesquisa”,

diz ANTONIO CARLOS GOMES DA COSTA, pedagogo mineiro, e um dos redatores do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA.

“O envolvimento dos adultos com a educação das crianças deve ser em um sentido emocional e afetivo, que lhes reflita cumplicidade no desempenho escolar,” afirma (ALMEIDA, 2017).

Esses teóricos e muitos outros julgam que a participação dos pais no processo de ensino aprendizagem dos educandos é significativamente importante. Nesse sentido, colabore com o seu ponto de vista a respeito da condição participativa dos pais junto à escola e ao filho.

**Mãe:** E.R.S. “A participação dos pais no processo de aprendizagem é determinante ao sucesso ou não do aluno. São eles que devem cobrar e auxiliar os filhos no desenvolvimento na escola e na educação, com os professores e colegas e orientar a seguir as normas definidas na instituição. Com esse objetivo a comunicação entre os pais e os orientadores escolar é fundamental para a formação dos alunos como cidadão e ser humano, tanto no caráter como em relação à condição profissional”

**Aluna:** A.B.N.S. “Acho que sempre devemos ter a ajuda dos pais, pois, com o apoio deles nos sempre teremos um melhor desempenho na vida”

Estas respostas condizem ao anseio verdadeiro destes a despeito da educação e seu objetivo. Relatam de forma natural sua resposta vinculada apenas ao seu senso comum, mas pouco diverge das ideias técnicas e sob o embasamento científico desenvolvida pelos mestres em educação.

Contudo, através da observação sob um aspecto mais profissional ver-se no contexto concreto que falta muito em termo de desenvolvimento equivalente ao que estes se encontram nessa faixa etária em comparação as expectativas de conhecimento nesta mesma altura pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC. Ou seja, os conhecimentos que possuem a altura que estão em termo do ano escolar não condiz com a realidade em termo de conhecimento pedagógico propositado. Mas, esta condição não é facultada pelos membros desta instituição; faz parte do índice de desenvolvimento escolar como um todo, basta ver dados do último censo escolar onde a média na rede pública não se distancia desses. Veja: abrangendo contorno Nacional a média no ensino fundamental 4.1, em âmbito Estadual 3.9, a Escola Governador Sarney atingiu 3.8, Bacabal 4.0, (IDEB/IBGE, 2016).

Portanto, a análise confirma uma realidade ocorrente em âmbito geral. Assim, a solução depende de todos os seguimentos envolvidos; o Estado, as instituições familiares e educacionais.

## 5 CONCLUSÃO

Observa-se, a partir desses breves levantamentos o quanto é vasto e delicado a temática propositada por este trabalho.

Logo, engloba as propostas pedagógicas e as problemáticas decorrentes dos espaços escolares, como: conflitos interacionais entre os membros participantes – alunos, pais, professores; as legislações e normas reguladoras, a Constituição Federal, LDB, PCNs, Estatuto da Criança, as Diretrizes Curriculares etc... Ainda, a União, os Estados e os Municípios através das suas responsabilidades pertinentes a regulamentação e percentagens a serem investidos. Apesar de já haver sobre isso, um jargão conhecido “o País está em crise”, “à arrecadação não cobriu as contas públicas” etc. Mas, em muitos casos, a causa são os desvios dos fundos destinados a esse fim, por prefeitos, secretários e ou fornecedores.

No entanto, não é isso que se espera e que se quer para o futuro de nossa geração. Pois, há na legislação brasileira, em termo, educacional, dispositivos reguladores dignamente condizentes a realização das práticas pedagógica com caráter democraticamente apto ao desenvolvimento da população dependente desse suporte público. A divergência decorre do que compete ao poder publico, com a desproporcionalidade do valor percentual que deveria investir em educação. Para Saviani (2007) o percentual adequado seria de 8% do PIB, no entanto o que se investe atualmente é 3,5%.

Vinculando essa desproporcionalidade de recursos, os desvios de recursos que envolvem servidores efetivos ou não e empresas prestadoras de serviços; a contextualização histórica em que se desenvolveu a base social brasileira; “autoritária, paternalista, clientelista, marcada por privilégios que reproduz alto nível de desigualdade social”, (FREIRE, 2013, p. 32; BRASIL, 1997, p. 20). A frequente incidência de ataques violentos a professores por alunos e até mesmo por pais em pleno exercício da função; como mostrado pela (GLOBO NEWS, 2017). Aliado a legislação processual definida pelo Estatuto da Criança e Adolescente. Encontrado no capítulo IV, Medidas Socioeducativas. Medidas que orientam a conduta do Estado em prol da criança e do adolescente envolvido em ato infracional.

Sem sombras de dúvidas, constatam-se no fragmento citado a pouco sobre a forma como o Estado deve agir, orientado pelo Estatuto da Criança e Adolescente, princípios com alto esplendor democrático em prol da dignidade da pessoa humana.

Mas, juntemos todos esses contextos sociais citados e vamos analisar.

Quando um adolescente adentra ao submundo do crime, furta, trafica drogas, agride, seja quem for, verbalmente ou fisicamente. Será se a benevolência da lei não o faculta a essa tomada de decisão? Será se não há alto teor democrático liberal no ECA? Ou a família, o sistema educacional falharam?

Não se pode determinar se este ou aquele falhou, pode-se sim, entender que há de haver constante atenção àqueles em processo de desenvolvimento intelectual social.

A política decorrente do contexto histórico, com seu alto nível de desigualdade, injustiças e exclusão social, não será potencialmente influenciadora do grande número de pessoas que sobrevivem com renda per capita insuficientemente condizente a sua subsistência digna? De acordo com o levantamento realizado em 2016; a quantidade numérica é de 52.168 milhões (IBGE). Outro dado significativamente importante fornecido pelo (Pnad/IBGE) é a taxa de crianças entre 6 a 14 anos fora dos sistemas de ensino. E novamente a incidência é maior entre as famílias com menor poder aquisitivo. A pesquisa identifica que entre 25% das famílias nestas condições a taxa é de 3.2%, na faixa intermediária que compreende 50% a taxa varia de 2.3% e 1.6%, no outro extremo ocupado pelos 25% mais ricos, à taxa 0,8% (IBGE, 2016).

Observa-se, possibilitados por esses dados que políticas públicas devem ser desenvolvidas a fim de minimizar tal situação social.

No tocante aos desvios de verbas destinadas ao custeio de assistência e manutenção do sistema educacional: dispositivos inibitórios existem, mas, é comum ouvirmos matérias vinculadas a esta situação, como a da Agência Brasil (2016) que diz que: “Cartel desviou mais de 1,6 bi de merenda e educação em São Paulo” e a do site Jus Brasil (2017) no qual refere que: “Dinheiro da escola – Ex-prefeito é condenado por desvio de verba da educação” e a da Gazeta do Povo (2017) que expressa: “PF investiga suposto desvio de verba federal para obras em escolas no Paraná”. Dessa forma, lutemos um dia tenham consciência do que eles desviam dos menos favorecidos economicamente são direitos básicos da população. Quando desviam recursos destinados a merenda escolar, retiram a condição de muitos não

adquirirem conhecimentos sobre liberdade, justiça, cidadania etc... Para assim poderem criticar, reivindicar das estruturas públicas organizadas políticas de assistência dignas.

O objetivo desse levantamento é despertar para a necessidade de atentarmos, tanto ao contexto público ou privado e sua relação em prol da sociedade, assim como no modo particular de atuar dos indivíduos no processo educacional da criança no ambiente familiar e escolar. Orientação já firmada anteriormente por; Bertoni (2015), Almeida (2017), Carvalho (2006) e Gallo (2010).

Nestas circunstâncias, vejamos o fragmento de um trecho de uma palestra realizado por Cortella (2002) sobre a relação entre pais e filhos onde ressalta que:

(...) a família vive uma condição de submissão com os filhos... quando eu era menino... eu chegava num restaurante com meus pais, ele dizia, Mário sente-se. E, eu sentava... hoje... pai e da mãe; filhinho aonde você quer sentar? O que você quer comer?... oferece a uma criança de 8 ou 9 anos em nome de um carinho algo que a deseduca (...).

Realizando a interface dessa forma de atuar junto ao filho e a benevolência proposta pelo Estatuto da Criança, no recorte das Medidas Socioeducativas no que diz respeito à aplicabilidade de responsabilidade social e a comparação a um modo de agir peculiar de muitas famílias, como fatores intrinsecamente necessário apreciação.

A literatura pedagógica encontra outras fontes responsáveis pelos atos delinquentes juvenis, como: a má distribuição de renda, a pobreza de muitas famílias etc. E sem sombras de dúvidas esses fatores sociais contribuem, mas, a conduta de muitos pais é merecedora de atenção no sentido entender que são os principais formadores de opinião educacionais aos filhos para as futuras instâncias e estágios de sua vida; haja vista, alguém já disse “a educação vem de berço”.

Todas as teses, legislações e normas vigentes em torno de propostas educacionais, citadas aqui, definem sempre posturas coerentes à implementação de ações que proporcione o crescimento e o desenvolvimento do educando dentro de critérios que privilegiam sua condição de cidadão apto a compreender e desenvolver os princípios democráticos sociais do Estado contemporâneo que contempla o respeito à dignidade da pessoa humana, a cidadania, o respeito à diversidade etc.

A anomia que analisamos no desenvolvimento deste trabalho, como: os desvios de recursos, as agressões e violência ocorrentes no espaço escolar, a má distribuição de renda, configura-se como fatores que a educação quando for levada

a sério, dará conta de sanar ou ao menos minimizar os índices desfavoráveis ao longo do decorrer histórico. Para no futuro próximo o objetivo dos dependentes da rede pública, tanto dos da Escola governador Sarney, que fora palco do meu contato com a especificidade do processo de ensino e aprendizagem, como todas as famílias, os educandos e os profissionais da educação de forma geral sintam-se plenamente satisfeitos e aptos a desempenhar sua função social com dignidade e consciência dos seus reais direitos e deveres.



## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. Cartel desviou mais de 1.6 bi de merenda e educação em São Paulo. 2016. Disponível em: <[Http://agenciabrasil.com.br](http://agenciabrasil.com.br)> Acesso em: 03.jun.2018.
- ALMEIDA, Maria Amália de, **Observatório Sociológico Familiar – UFMG**. 2017. Disponível em: < <https://osfefae.wordpress.com>> Acesso em: 19.abr.2018.
- BERTONI, Estêvão. **Antonio Carlos Gomes da Costa (1949-2011)**. Pedagogo e redator do ECA. 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0803201119.htm>> Acesso em: 29.abr.2018.
- BRAUNA, Borges Hermida; O Livro **História do Brasil de Borges Hermida: uma trajetória de edições e ensino de História**. 2013. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/10413/1/Diogo%20dos%20Santos%20Brauna.pdf>> Acesso em: 20.abr.2018.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental; Temas transversais**. 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>> Acesso em: 09.jun.2018.
- \_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases. **Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996**. 1996. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)> Acesso em: 10.maio.2018.
- \_\_\_\_\_. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. 1990. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 18.maio.2018.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de, Coordenadora Geral do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), em São Paulo. **O Lugar da Educação Integral na Política Social**. 2006. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/viewFile/166/195>> Acesso em: 28.abr.2018.
- CORTELLA, Mário Sérgio. **Aprendendo na Escola e na ONG**. 2002. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8201-10-muitos-lugares-aprender-seb-pdf&category\\_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8201-10-muitos-lugares-aprender-seb-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192)> Acesso em: 05.jun.2018.
- DURKHEIM, Émile, **Sociologia e Filosofia**. Editora Martin Claret, 2011a
- \_\_\_\_\_. **As regras do Método Sociológico**. Editora Martin Claret, 2011b.
- FNDE, Sociologia do Desenvolvimento, **PNLD 2015/16/17**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/125-guias?download=9011:pnld-2015-sociologia>> Acesso em: 07.maio.2018.
- FREIRE, Paulo, **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos; Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. 2 ed. São Paulo, 2013, 1º edição digital.

\_\_\_\_\_. **Casa-Grande & Senzala/Formação da família Brasileira sob o regime da economia patriarcal**; São Paulo, 2003.

GALLO, Márcia. **Participação e Cidadania na Escola Pública**: a contribuição do conselho escolar. Anhanguera Educacional – São Caetano do Sul/Brasil. 2010. Disponível em: <[www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/66.pdf](http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/66.pdf)> Acesso em: 06.maio.2018.

GAZETA DO POVO. **PF Investiga Suposto Desvio de Verba Federal para Obras em Escolas no Paraná**. 2017. Disponível em: <[Http://gazetadopovo.com.br](http://gazetadopovo.com.br)> Acesso em: 03.jun. 2018.

HTTP://GLOBONEWS. Professora agredida Marcia Friggi, 52 anos, Indaial – SC. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2016. **Crianças e Jovens Fora da Escola**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> 2016. JUS BRASIL. **Dinheiro da escola; Ex-prefeito é Condenado por Desvio de Verba da Educação**. 2017. Disponível em: <[Http://jusbrasil.com.br](http://jusbrasil.com.br)> Acesso em: 03.jun. 2018.

MARANHÃO, Estado do. **Caderno De Orientações**: colegiado escolar. 2016. Disponível em: <<http://www.educacao.ma.gov.br/files/2016/04/manual-orientador-do-colegiado-escolar-2016-vers%c3%83o-preliminar-Alterada-2.pdf>> Acesso em: 02.maio.2018.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAVIANI, Demival. **Política Educacional Brasileira**: limites e perspectivas. Artigo, Revista de Educação PCC – Campinas; nº 24,p. 7 – 16, Junho de 2008.

SAVIANI, Dermeval; **Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Universidade Estadual de Campinas/ Faculdade de Educação; Revista brasileira de Educação, nº 34, Jan/Abr de 2007.

SPINOZA. Tratado da Reforma do Entendimento; Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal – 65. São Paulo: Editora Escala, 2007.

TAVARES, Tatiane Salvador da Cruz. **Indisciplina Escolar e sua Influência no Aprendizado**. 2012. Disponível em: <[http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2293/1/MD\\_ENSCIE\\_III\\_2012\\_80.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2293/1/MD_ENSCIE_III_2012_80.pdf)> Acesso em: 19.maio.2018.

WEBER, Max. **Ciência e Política Duas Vocações**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2013.

## **APÉNDICE**

**APÊNDICE A** – Questionário aplicado na pesquisa de campo.

**Universidade Federal do Maranhão – Campus Bacabal**

**Ciências Humanas - Licenciatura em Sociologia**

**Aluno: Odair do N. Magalhães**

Questionário

Tendo como objetivo colaborar de forma concreta na construção deste Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Solicito, em caráter solidário que você que faz parte deste espaço escolar, contribua com sua opinião a cerca de algumas proposições.

NOME COMPLETO: .....

Marque sua Condição Junto a esta Instituição.

( ) Gestor ( ) Professor(a) ( ) Pai ou Mãe ( ) Aluno

1 – Para o desenvolvimento deste trabalho faz-se necessário analisar a concepção teórica de diversos pensadores a cerca da educação. Alguns a concebem sob o aspecto geral, ou seja, propõe modelo educacional a sociedade sem distinção de fase ou espaço; outros delimitam fases e espaços. Mas, como foco deste trabalho é analisar a interdependência da educação familiar e escolar como fator significativo para o desenvolvimento intelectual do ser humano.

Assim, proponho a você, que é membro importante desse espaço escolar, que descreva sobre o real valor da educação familiar e escolar. (Não é a educação oferecida por esta escola; é o que você tem em mente sobre a educação que essas duas instituições – família e a escola – propiciam a criança).

2 – Agora, contribua com sua opinião, de forma coerente sobre a educação que ocorre nesta escola. Você pode levar em consideração, a existência ou falta de itens necessários ao bom desempenho do processo de ensino e aprendizagem, como exemplo: a luminosidade da sala de aula, a ventilação, o quadro, as carteiras, a regularidade das aulas, a existência de ações extra regular que favoreça o desenvolvimento do educando, como, feiras de ciências, gincanas etc.

3 - “O papel do pai e da mãe é estimular o comportamento dos filhos, mostrando interesse pelo que eles aprendem, incentivando-o a leitura e a pesquisa”, diz ANTONIO CARLOS GOMES DA COSTA, pedagogo mineiro, e um dos redatores do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA.

“O envolvimento dos adultos com a educação das crianças deve ser em um sentido emocional e afetivo, que lhes reflita cumplicidade no desempenho escolar,” afirma (MARIA AMÁLIA DE ALMEIDA, Observatório Sociológico Familiar - UFMG).

Esses teóricos e muitos outros julgam que a participação dos pais no processo de ensino aprendizagem dos educandos é significativamente importante. Nesse sentido, colabore com o seu ponto de vista a respeito da condição participativa dos pais junto à escola e ao filho.

---

UE Governador Sarney  
Rau Getulio Vargas, S/N, Centro  
Bacabal – MA  
2018

## **ANEXOS**

## **ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada: \_\_\_\_\_ Desenvolvida pela acadêmica \_\_\_\_\_ do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-Sociologia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Este estudo tem \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ finalidade \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. Esta pesquisa é orientada pela professora \_\_\_\_\_, a quem poderá consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº \_\_\_\_\_ ou e-mail \_\_\_\_\_.

Sua participação nesta pesquisa consistirá na colaboração para responder questionário semiestruturado com duração média de vinte minutos sem a ocorrência de quaisquer riscos.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu(s) orientador (es) / coordenador(es).

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

---

Assinatura da pesquisadora responsável

Considerando, que fui informado (a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações).

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, da pesquisadora responsável / orientadora da pesquisa.

Bacabal-MA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Nome do Participante da Pesquisa

---

Assinatura do participante ou responsável legal

---

Assinatura do Pesquisador

---

Assinatura do Orientador